



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2011 (Do Sr. Rubens Bueno)

Solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre possível vazamento de informação a respeito do aumento da alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de automóveis importados.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º ao art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado pedido de informações, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao **Sr. Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda, sobre as providências que foram tomadas para a averiguação dos fatos e identificação de eventuais responsáveis, tendo em vista a notícia veiculada no jornal Folha de S. Paulo do dia 21 de setembro de 2011, segundo a qual algumas montadoras teriam sido informadas previamente sobre o aumento da alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de automóveis importados.

JUSTIFICAÇÃO

Matéria publicada pelo jornal Folha de S. Paulo no dia 21 de setembro de 2011 sugere que teria havido um vazamento de informações privilegiadas sobre o aumento do IPI dos automóveis importados antes do anúncio da referida medida.

Segundo a reportagem, a montadora chinesa JAC Motors teria nacionalizado todos os seus veículos que estavam na alfândega uma semana antes de o governo brasileiro anunciar o aumento do imposto. O presidente da empresa no Brasil, Sérgio Habib, teria negado que tomou a decisão baseado em informações privilegiadas do governo, mas afirmou que esperava uma alteração no imposto, diz a matéria.

O jornal diz ainda que a KIA Motors também teria recebido seis navios vindos da Coreia do Sul antes do anúncio da redução, mas o presidente da empresa, José Luiz Gandini, também nega ter tido acesso à informação privilegiada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

De qualquer forma, a notícia veiculada pelo jornal Folha de S. Paulo é muito grave, razão pela qual se impõe a averiguação dos fatos pelo próprio Ministro de Estado da Fazenda, uma vez que o vazamento de informações privilegiadas por funcionário público é crime previsto no art. 325 do Código Penal. Certamente, alguma providência deve ter sido tomada por Sua Excelência para confirmar a autenticidade das informações e identificar os eventuais responsáveis.

Diante disso, o que nos resta – como Poder fiscalizador das ações do Poder Executivo – é indagar ao Ministro da Fazenda sobre as providências que devem ter sido tomadas a respeito das graves denúncias veiculadas pela Folha de São Paulo, que podem caracterizar a prática do crime já mencionado.

Em face do exposto, requieiro a Vossa Excelência o envio deste Requerimento de Informações, nos termos constitucionais e regimentais, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda.

Sala das sessões, de setembro de 2011.